



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

THAIS HALANE SOARES DE ARAÚJO

**ENTRE SILÊNCIOS E NÃO-DITOS:
a perseguição da Ditadura Civil-militar brasileira na UFPB**

**JOÃO PESSOA
2025**

THAIS HALANE SOARES DE ARAÚJO

**ENTRE SILÊNCIOS E NÃO-DITOS:
a perseguição da Ditadura Civil-militar brasileira na UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
para obtenção do título de Bacharela.

Orientadora: Prof^a. Dra. Bernardina Maria Juvenal
Freire de Oliveira

JOÃO PESSOA
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

A663e Araujo, Thais Halane Soares de.

Entre silêncios e não-ditos: a perseguição da
Ditadura Civil-Militar brasileira na UFPB / Thais
Halane Soares de Araujo. - João Pessoa, 2025.
48 f. : il.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de
Oliveira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Ditadura civil-militar. 2. Pessoa Bibliotecária.
3. Perseguição política. 4. Biblioteconomia- UFPB. I.
Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 02(043)

THAIS HALANE SOARES DE ARAÚJO

**ENTRE SILÊNCIOS E NÃO-DITOS:
a perseguição da Ditadura Civil-militar brasileira na UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
para obtenção do título de Bacharela.

Orientadora: Prof^a. Dra. Bernardina Maria Juvenal
Freire de Oliveira

Aprovado em: 06/ 10 /2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

 BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Data: 12/10/2025 09:47:14-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof^a Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Orientadora – DCI/UFPB

Documento assinado digitalmente

 ANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUSA
Data: 13/10/2025 08:38:57-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof^a Dr^a Ana Cláudia Medeiros de Souza
Examinadora – DCI/UFPB

Documento assinado digitalmente

 ALBA LIGIA DE ALMEIDA SILVA
Data: 11/10/2025 16:39:35-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr^a Alba Ligia de Almeida Silva
Examinadora – DCI/UFPB

Dedico este trabalho a todos os bibliotecários e bibliotecárias perseguidos durante o regime militar, cujas vozes foram silenciadas ao longo da história, e que carregaram nas costas o peso da opressão e da humilhação.

Estendo esta homenagem também aos estudantes e professores que enfrentaram o sistema, uniram-se em resistência e lutaram incansavelmente pela democracia, pelos movimentos estudantis e sociais, e por uma educação valorizada e acessível.

Não poderia deixar de lembrar dos mortos e desaparecidos, inocentes que tiveram suas vidas interrompidas ou marcadas pela violência de um Estado por vezes conivente com a barbárie. Que seus nomes e histórias nunca sejam esquecidos.

Este trabalho é, acima de tudo, um gesto de dívida histórica para com aqueles que protegeram o conhecimento mesmo quando a escuridão tentou apagá-lo.

Que nosso desejo por justiça permaneça vivo em todos os espaços. Que a determinação daqueles que ofereceram suas vidas pela democracia, hoje ainda tão ameaçada, inspire nosso presente e nosso futuro.

Que a Biblioteconomia nunca esqueça seus mártires!

Sempre estaremos aqui!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho à minha família, em especial ao meu irmão Felipe Soares de Araújo e à minha mãe Martha Lucia Soares Araújo, que, apesar de nossas diferenças, sempre estiveram presentes em minha vida e me ofereceram apoio nos momentos em que mais precisei.

Agradeço à minha tia Maria do Socorro Oliveira Soares, por ter me dado condições de iniciar o curso de forma mais confortável.

Agradeço à Alani da Costa Santos e à Larissa Carvalho, amigas de trabalho que sempre estiveram ao meu lado quando precisei de incentivo e apoio.

Agradeço à Débora Katarine Mendes, por ter sido amiga e irmã nessa jornada, me apoiando do começo ao fim, mesmo com seu jeito exigente de ser.

Agradeço à Renata Santos Duarte, por me ajudar nessa caminhada e compreender as adversidades da vida.

Agradeço a Líllian Lopes de Castro, pelos momentos de parceria e cumplicidade em todos esses anos de curso.

Agradeço à professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, por sempre acolher seus alunos com amor e empatia. Tive a alegria de conhecê-la em plena pandemia, quando sua leveza trouxe conforto em um momento tão difícil. Saiba que a admiro muito pela pessoa que é e por tudo o que representa.

A Banca Examinadora, minha gratidão.

E, por último, mas não menos importante, agradeço ao amor da minha vida, Amanda Raquel Cortez Cavalcante, cujo abraço é minha morada e cujo amor é meu alicerce. Obrigada por me permitir te amar.

*“Por isso, cuidado, meu bem / Há perigo na esquina /
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós / Que
somos jovens”.*

Elis Regina canta "Como nossos pais" (Belchior)

RESUMO

Esta pesquisa investiga a perseguição no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Partindo do contexto nacional e local do regime, o estudo analisa os mecanismos de repressão, vigilância e censura que impactaram a atuação profissional da pessoa bibliotecária, com destaque para a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) no ambiente universitário. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo relatórios das Comissões da Verdade, busca-se compreender como o controle ideológico e a autocensura afetaram a prática biblioteconômica, frequentemente silenciada na historiografia da área. Conclui-se que a persistente falta de registros sobre o tema evidencia tanto o medo e o despreparo da categoria quanto a urgência de representar essa memória, reforçando o papel ético e político da bibliotecária na defesa da democracia e do acesso à informação.

Palavras-chaves: Ditadura civil-militar; Pessoa Bibliotecária; Perseguição-política; Biblioteconomia- UFPB.

ABSTRACT

This research investigates persecution within the scope of the Federal University of Paraíba (UFPB) during the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). Starting from the national and local context of the regime, the study analyzes the mechanisms of repression, surveillance and censorship that impacted the professional performance of the librarian, with emphasis on the performance of the National Information Service (SNI) and the Security and Information Advisory (ASI) in the university environment. Through bibliographic and documentary research, including reports from Truth Commissions, we seek to understand how ideological control and self-censorship affected library practice, often silenced in the historiography of the area. It is concluded that the persistent lack of records on the topic highlights both the fear and unpreparedness of the category and the urgency of representing this memory, reinforcing the ethical and political role of the librarian in defending democracy and access to information.

KeyWords: Civil-military dictatorship; Librarian Person; Political-persecution; Librarianship - UFPB

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS - Em ordem Alfabética

AI – Atos Inconstitucionais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI - Assessoria de Segurança e Informação

CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

CEVPM-PB – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONSUNI- Conselho Universitário

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

ESG – Escola Superior de Guerra

GECIMP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPB – Música Popular Brasileira

PCB - Partido Comunista Brasileiro

SNI - Serviço Nacional de Informação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNE – União Nacional Estudantil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Castello Branco tinha um vice civil, José Maria Alkmin (à direita)....	25
Figura 2 - Assassinato de Edson Luís pela PM do Rio.....	27
Figura 3 - Retrato de algumas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar na UFPB (1964 – 1979).....	35
Figura 4 - Livros sob censura.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.3 OBJETIVO GERAL.....	19
1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
1.4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
2 ENTRE O BRASIL, A PARAÍBA E A UFPB: FACES DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	23
2.1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	23
2.2 DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA.....	30
2.3 DITADURA MILITAR NA UFPB.....	33
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	44

1 INTRODUÇÃO

*“A ditadura nos proibiu de sonhar, mas não conseguiu calar a esperança” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996).*

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) instituiu um regime de exceção cujo impacto se fez sentir de forma violenta nas instituições de ensino do país. Como espaços privilegiados de formação de pensamento crítico, as universidades tornaram-se alvo prioritário da repressão, baseando-se na literatura, conforme apresentado por Dias (2021, p.81):

[...] a Operação Limpeza, iniciada logo após o golpe, não tardou no objetivo de desarticular, no âmbito universitário, a influência política em questão. Logicamente, apesar da afinação percebida, foi criada, por parte das forças golpistas, uma narrativa exagerada e conspiracionista, abrindo caminho para o implemento de dispositivos repressores e propostas baseadas em soluções autoritárias, pois, ao passo que construía a imagem do inimigo, o regime, indiretamente, construía a sua.

A Ditadura Civil-Militar enquanto tema de investigação desta pesquisa teve origem em uma palestra organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP), em dezembro de 2024, e ministrada pelo professor Dr. Rodrigo Freire, o interesse pela temática foi despertado durante esse evento e aprofundado a partir de uma conversa com a professora Bernardina Freire, que incentivou a investigação sobre os impactos da Ditadura Civil-Militar na Universidade Federal da Paraíba.

Igreja (2018, p. 9) enfatiza que:

A universidade tem como um de seus papéis a disseminação e troca de ideias. O ambiente é propício e oferece o intercâmbio de ideias, além de ajudar na construção do senso crítico. Por ser uma característica forte do ambiente a liberdade de expressão, as universidades sofreram grande repressão no período da ditadura.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi um dos palcos principais desse sistema opressor, onde a censura, a violência, a delação e o controle ideológico sobre docentes e discentes serviram como armas para suprimir direitos e sustentar um regime que perdurou por 21 anos, conforme apresentado por Dias (2021, p.12), afirma

Quanto à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esta esteve entre as primeiras no que toca à utilização de serviços de informações. Logo nos primeiros momentos após o golpe dado em 1964, a comunidade acadêmica da UFPB sofreu com a intervenção de um novo reitor alinhado com o regime, o que ocasionou a saída do então reitor Mário Moacyr Porto. O alinhamento do professor de medicina, ex-oficial do Exército e reitor da UFPB de 1964 até 1971, Guilardo Martins Alves, com as forças golpistas, é considerado ao tentar compreender o pioneirismo da UFPB nesse sentido [...].

Para compreender esse contexto específico na UFPB, é necessário recapitular brevemente os eventos nacionais que levaram ao golpe. Na década de 1960, o Brasil enfrentava graves crises econômicas, sociais e políticas, criando o cenário de instabilidade que foi explorado por setores militares e civis para dar um golpe de Estado em 1964.

Sob o pretexto de combater uma suposta ameaça comunista, os militares justificaram a intervenção, iniciando uma série de Atos Institucionais (AIs)¹ para legitimar o novo regime, por assim explicar que: "O golpe é instalado com o suporte de uma sociedade extremamente conservadora que via as reformas de base do presidente João Goulart como um convite ao comunismo" (Igreja,2018, p. 1).

O AI-1, decretado pelo General Castelo Branco, marcou a primeira fase do golpe, permitindo a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos sem revisão judicial. Castelo Branco representava a ala de militares que se denominavam

¹ Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor. Fonte: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>.

democratas conservadores (os Homens da Sorbonne²), que acreditavam na "purificação" transitória do país antes de retornar à democracia. Entretanto, essa cúpula conservadora enfrentou pressão da linha dura, que defendia uma ditadura prolongada e implacável contra os opositores. Conforme Chirio (2011, p.1):

[...] O governo Castelo Branco foi imediatamente criticado por oficiais que exigiam uma intensificação das medidas punitivas e a utilização cada vez mais avançada de instrumentos de exceção. [...] nasce a idéia de um grupo radical e turbulento, a "linha dura" [...] membros de órgãos de repressão que usaram de violência – dentro e fora dos porões – para lutar contra a oposição de esquerda, ela já era reivindicada por militares às vésperas do golpe de Estado

Sob essa pressão, o AI-2 extinguiu os partidos políticos e instaurou o bipartidarismo (ARENA e MDB), uma fachada de democracia para ocultar o autoritarismo. Com a posse do General Costa e Silva em 1967, o regime aprofundou a repressão, especialmente após a *Passeata dos Cem Mil*³ em 1968, que demonstrou a crescente insatisfação popular. A resposta foi o endurecimento total, com poderes excepcionais para combater a subversão.

Partindo desse cenário nacional, este trabalho investiga como a comunidade acadêmica do curso de Biblioteconomia da UFPB foi impactada pela ditadura, analisando as táticas de repressão e censura, e as formas de resistência dos bibliotecários entre 1964 e 1985.

A pesquisa busca preencher um vazio referente a temática no campo da Biblioteconomia, entretanto, ressalto aqui a dificuldade de encontrar trabalhos voltados ao tema conforme expresso por Igreja (2018, p.2) "[...] no contexto dos estudos em Biblioteconomia a censura é um tema pouco abordado e há uma deficiência de fontes a respeito, o que torna difícil entender as formas de repressão, resistência e quais os efeitos causados por essas práticas em nossas bibliotecas", portanto, busco dar voz aos profissionais que foram silenciados, reforçando o papel do bibliotecário na luta pela memória, pelo acesso à informação e pela defesa da democracia, uma urgência que se renova diante dos recentes ataques às instituições

² Universidade francesa, datada do século XVIII, uma das mais renomadas universidades da França. Seu nome é um tributo a Robert de Sorbon, capelão do Rei Luís IX e fundador da escola. Ainda na época da sua fundação, foi palco de debates religiosos históricos, como entre os jesuítas e jansenitas. Fonte: <https://www.estudarfoda.org.br/sorbonne/>

³ A Passeata dos Cem Mil marcou o ápice da reação da sociedade contra o regime, a censura, a violência e a repressão às liberdades. Mais uma vez, a ditadura iria reagir endurecendo o regime, como se veria no final de 1968. Fonte: www.memorialdademocracia.com.br

de ensino e das tentativas de opressão da liberdade que repercutem perigosamente o passado recente, buscando não apenas completar a lacuna na historiografia da Biblioteconomia, mais do que isso, fortalecer o papel ético e político do profissional bibliotecário na luta pela memória, pelo acesso à informação e pela defesa da democracia.

No campo da Biblioteconomia, a atuação do bibliotecário é prevista por lei desde 1962, um pouco antes de ser instaurado o golpe civil-militar no Brasil. Para Castrillón (2011, p. 41), cabe ao bibliotecário resistir a qualquer forma de restrição, seja de liberdade, pensamento ou ideologia, o que torna a profissão incompatível com práticas de censura e proibição. Entretanto, Bilhar, Oliveira e Rocha (2021, p. 253) observam que, durante suas pesquisas, encontraram registros do primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB) em 1967, logo após a instauração da ditadura civil-militar, porém, apenas o XI CBBB, realizado em 1982, em João Pessoa, na Paraíba, apresentou documentação mais consistente, evidenciando um “silêncio ensurdecedor” diante das manifestações contrárias ao regime por parte dos bibliotecários, segundo definição das autoras.

Esta reflexão mostra-se urgente diante dos recentes ataques às instituições e a unidades que fomentam o conhecimento, e assim como defendido por Castrillón, devemos reafirmar o compromisso da Biblioteconomia com a verdade e a liberdade honrando o legado de resistência e assegurando para que jamais se esqueça, para que jamais tais atos se repitam. Ainda estamos aqui!

1.1 JUSTIFICATIVA

E por estarmos aqui, assistimos a uma minissérie, mas não uma qualquer, e sim uma que retrata, ainda que brevemente, sobre a carreira e vida de Elis Regina. Nela, pudemos ver a grandiosidade de uma das cantoras da nossa Música Popular Brasileira (MPB) que tanto fez sucesso não só com a sua voz, mas com sua autenticidade.

Assim como Elis Regina, que sob os olhos vigilantes e ameaçadores da ditadura civil-militar, foi interrogada e calada, a comunidade acadêmica da UFPB também sofreu os horrores dos olhares de ferro, da dureza, da inflexibilidade, da espionagem, da vigilância e dos ataques desmedidos alicerçados pela repressão,

censura e medo, causando demissões, perseguições e desaparecimentos de alunos, professores e servidores.

Ao refletirmos sobre a democracia, geralmente pensamos em seu conceito mais simples: um governo em que o povo exerce sua soberania. No entanto, o Brasil viveu um dos períodos mais sombrios de sua história, no qual direitos civis foram brutalmente violados, silenciados, direitos políticos foram suspensos e cassados. Foi um tempo de medo, censura e violência, cujos horrores, por mais dolorosos que sejam, precisam ser lembrados para que jamais se repitam.

O regime militar propagou a ilusão de uma paz social, que o país precisaria passar por um estágio de purificação para poder acabar com o comunismo, e então veio a promessa de que a intervenção dos militares seria temporária, com a posterior devolução do poder ao povo. Porém, o que se seguiu foi um período de censura e repressão intensa, no qual opositores políticos foram perseguidos, presos, torturados e assassinados, rotulados como subversivos ou extremistas simplesmente por questionarem o autoritarismo daqueles que juraram proteger a nação.

Os atos institucionais, legitimaram e conferiram poderes ilimitados ao governo militar, permitindo cassações de mandatos, destituições arbitrárias de cargos e perseguições sistemáticas contra qualquer forma de resistência. Foram instrumentos de repressão que feriram direitos humanos e consolidaram um Estado de Exceção, onde a violência e o medo eram utilizados como ferramentas para o controle social.

Assim como Elis, várias áreas voltadas à cultura, arte e educação foram severamente afetadas durante o regime ditatorial imposto pelos militares, onde, espalhando medo e terror, passaram a controlar absolutamente tudo que pudesse ser visto como ato de resistência e contravenção. Durante a ditadura, livros foram censurados, bibliotecas tiveram obras retiradas de circulação, músicas foram banidas, artistas exilados e intelectuais foram perseguidos.

Nos últimos 7 anos (2018-2025), vem surgindo movimentos que tentam minimizar, apagar, deturpar e até negar as atrocidades cometidas durante a ditadura civil-militar, com novas formas de desqualificar e tentativas de apagamento de tudo o que aconteceu ao longo desses anos até os tempos atuais, seja pela manipulação de narrativas, pelo revisionismo histórico ou pela tentativa de restringir o acesso ao conhecimento e a informação.

Como futura profissional bibliotecária, tenho a responsabilidade de preservar essa memória e impedir que a história seja distorcida, esquecida e que essas atrocidades que outrora nosso país e a comunidade acadêmica viveu, por fortalecer a memória contra o apagamento histórico.

Precisamos identificar os responsáveis pelo período nefasto de violência e de violações de direitos, e intensificar as vozes daqueles que foram silenciados, que sofreram e que ainda enfrentam as consequências de um regime marcado pela desumanidade, abusos e pela repressão. Sendo assim, destaco a coragem e comprometimento da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, (2011- 2016) que além de ser uma sobrevivente do regime, transformou sua dor em uma luta contínua pela resistência e por tantas vozes perdidas ao longo dos anos de ditadura, sancionando a Lei nº no 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)⁴ e a Lei nº 12.528/2011⁵, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instrumentos essenciais para garantir à sociedade acesso aos registros e fatos ocorridos durante o regime militar, fortalecendo a luta pela memória, pela verdade e pela justiça (Silva, 2017, p.20).

Como afirma Castrillón⁶ (2011, pp.44-49) não se pode ser bibliotecário sem ser leitor, pois todas as ações que condizem a biblioteca a se tornar uma instituição que contribui para a mudança passam pela leitura, e que temos que ser bibliotecários bem-informados, para o qual não seja suficiente apenas as informações que nos oferecem os meios de comunicação, mas que tenhamos curiosidade para buscar a fundo e debater sobre temas que não muitos julgam desinteressantes por não fazer parte do nosso presente, e por fim ela cita Freire (1997, p.32) onde diz que o bibliotecário deve se assumir um ser ético capaz de comparar, de avaliar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper pois é essencial compreender que a Biblioteconomia ultrapassa o espaço técnico, mas entender que

⁴ Lei nº 12.527/2011: Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art.

⁵ Lei nº 12.528/2011: Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no [art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

⁶ Silvia Castrillon é especialista em Políticas Públicas de Leitura, é formada em Biblioteconomia e especializada em Educação. Trabalha na concepção e implementação de projetos e campanhas de fomento ao livro e à leitura em bibliotecas públicas e escolares. Fonte: <https://cbbd2024.febab.org/author/secretariafebab@gmail.com/>

ela é um campo de luta, no qual os bibliotecários têm o dever de lutar e preservar não só a memória histórica, mas de fortalecer a nossa democracia.

Nessa esteira de compreensão, o presente trabalho tem como finalidade trazer à tona as dificuldades enfrentadas pelos bibliotecários nos anos de chumbo da ditadura civil-militar na Paraíba que durou 21 anos (de 1964-1985), especificamente na repressão sofrida pela comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Busco ressaltar e enfatizar a total escassez na procura sobre a temática em questão dentro do campo da ciência da informação, mais precisamente no curso de Biblioteconomia da UFPB, onde por diversas vezes tive que recorrer a materiais de outros departamentos para compor a minha pesquisa, e manifestar nossas preocupações, pois diante de um tema tão urgente não só na perspectiva acadêmica mas social também, o mesmo não é tratado com tamanha relevância dentro da área da informação ao qual a Biblioteconomia está inserida, o que surge a necessidade de voltar-se para a temática

Não podemos permitir que os erros do passado se repitam no presente e comprometam o nosso futuro. Como futuros bibliotecários, devemos não apenas ter a obrigação pessoal, mas acadêmica e social de não deixar cair no esquecimento esse passado que tanto causou dor, sofrimento, indignação, e que manchou a história do nosso país.

Devemos lutar para fazer com que os algozes do regime ditatorial sejam devidamente expostos, que os livros nunca deixem de falar sobre a repugnância de seus atos, e que as bibliotecas continuem sendo espaços de resistência em prol da soberania popular.

De acordo com Karnal⁷ (2016, *apud* Rocha, 2018, p. 8), a ditadura militar deixou como legado violações de direitos, censura, tortura e agravamento das desigualdades, o que torna insustentável qualquer defesa de seu retorno, e é neste cenário, que a luta do bibliotecário torna-se ainda mais necessária em face a desinformação, e só reforça o seu compromisso com a verdade, pois a

⁷ Historiador com especialização em História da América, doutor em História Social pela USP e pós-doutor pela UNAM, no México, e pelo CNRS, na França, sua formação une história cultural, antropologia e filosofia, e suas publicações abordam temas como ensino, filosofia, história, política e comportamento. É professor da Universidade Estadual de Campinas e membro do corpo editorial da Revista Brasileira de História. Fonte: mkt.pucrs.br

Biblioteconomia vai muito além do que só organizar livros na estante como bem ouvimos no decorrer da nossa formação, ela desempenha um papel imprescindível na preservação da memória e na defesa do acesso à verdade, pois não somos só mediadores do conhecimento, mas disseminadores da informação e acima de tudo defensores da veracidade dos fatos ao decorrer da história, nosso juramento é fundamentado na liberdade de investigação científica e sobretudo na dignidade da pessoa humana, pois em tempos de ataques à democracia, nosso compromisso com a verdade se torna ainda mais imprescindível.

Nosso compromisso moral é inegociável. Como cidadãos e futuros profissionais da Biblioteconomia, precisamos atuar de forma conjunta para despertar a consciência histórica acerca do período autoritário vivenciado pelo país. Essa consciência possibilita uma compreensão mais clara da realidade ao nosso redor e fornece o discernimento necessário para proteger a liberdade de expressão, o direito à informação, ao conhecimento, à dignidade e, sobretudo, à democracia.

Assim, fortalecemos a garantia de que jamais enfrentaremos novamente os horrores de um regime autoritário que, à espreita, aguarda oportunidades para ressurgir. Ante o exposto indagamos: *Como a Ditadura Civil-Militar brasileira afetou o cotidiano da Universidade Federal da Paraíba e por conseguinte a pessoa bibliotecária?*

Com vistas a responder a indagação norteadora, traçamos os objetivos que seguem.

1.3 OBJETIVO GERAL

Investigar aspectos históricos da Ditadura Civil-Militar brasileira no âmbito da Universidade Federal da Paraíba e por conseguinte da pessoa bibliotecária.

1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar episódios de repressão ditatorial no âmbito da UFPB no período entre 1964 e 1985;

- b) Analisar os mecanismos institucionais e políticos que sustentaram essa repressão;
- c) Avaliar os efeitos da repressão ditatorial sobre a atuação da pessoa bibliotecária no âmbito da UFPB.

1.4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em tela se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A escolha por esse tipo de metodologia justifica-se pela necessidade de compreender os significados e interpretações produzidos em torno do objeto de estudo, tomando como base tanto a produção científica já existente quanto registros documentais que evidenciam práticas, discursos e representações históricas.

De acordo com Piana (2009, p. 120):

[...]a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artesas científicos". A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (idem, p. 45). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros trabalhos acadêmicos pertinentes ao tema. Esse levantamento possibilitou a construção do referencial teórico e o reconhecimento das principais perspectivas analíticas já consolidadas na literatura, bem como a identificação de lacunas e possibilidades de novas interpretações. Assim, essa pesquisa baseou-se em fontes históricas bibliográficas e documentais, com destaque para o uso de fontes primárias, como o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, presidida pelo Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. Além de fontes secundárias, a exemplo de dissertações e teses das áreas de Humanas, considerando a escassez da temática dentro do curso de Biblioteconomia da UFPB.

“Fica claro que o levantamento bibliográfico é de fundamental importância para a formulação do problema de pesquisa. Todavia, por si só, ele é insuficiente (Gil, 2002, p.62)”, e pensando nisso que é importante situar o problema no contexto social, histórico e institucional específico da investigação, conferindo-lhe relevância e densidade para além do debate puramente teórico, o que orientará todo o percurso da pesquisa. O Relatório Municipal da Verdade de João Pessoa constituiu uma das principais referências para a análise dos relatos envolvendo estudantes secundaristas, universitários e docentes da UFPB. Também foram utilizadas produções acadêmicas sobre Memória, Verdade e Justiça, que apresentam um acervo abrangente a respeito da Ditadura Civil-Militar e das formas como o regime impactou diferentes setores sociais, promovendo processos de exclusão ao longo da história e deixando marcas que reverberam até os dias atuais.

Aliada a pesquisa bibliográfica adotamos ainda a pesquisa documental que envolveu o exame de fontes primárias e secundárias, tais como relatórios, atas, correspondências, legislações, periódicos, fotografias e registros institucionais. Esses documentos, não produzidos originalmente com fins acadêmicos, fornecem elementos empíricos que permitem compreender o contexto histórico e social, bem como evidenciar os discursos e práticas relacionados ao objeto investigado. Para tanto, o embasamento em fontes confiáveis é de extrema importância para conferir relevância e rigor a uma pesquisa. Para que isso ocorra, este estudo adota a metodologia de pesquisa documental, que, segundo Piana (2002, p. 122), consiste na análise de “[...] documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos”, método amplamente utilizado no âmbito acadêmico “[...] a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências”.

Aplicando esse referencial, a investigação concentrou-se na análise de documentos oficiais para examinar os acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira. A abordagem adotada articula três níveis de pesquisa: o contexto nacional, a esfera municipal, com ênfase nos eventos de João Pessoa (PB), e o âmbito institucional, por meio do estudo de relatórios que envolvem a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Como forma de análise das fontes bibliográficas e documentais, adotou-se a abordagem hermenêutica, entendida como método

interpretativo voltado à compreensão do sentido presente nos textos e documentos. Inspirada em autores como Gadamer (1999) e Ricoeur (1990), a hermenêutica parte do princípio de que todo texto ou documento carrega significados que ultrapassam a sua literalidade, sendo necessário situá-los em seu contexto histórico, cultural e social, bem como relacioná-los com o horizonte de compreensão do pesquisador. Entre as demais fontes consultadas, destacam-se o Memorial da Resistência, a ADUF, a UNE, o Jornal Opção e o Projeto Acervo e Memória da Repressão e da Resistência na Paraíba, promovido pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos do NCDH/CCHLA/UFPB.

Na análise tomou-se como processo analítico abordagem hermenêutica, considerando as seguintes etapas:

- a) Leitura comprensiva – identificação do conteúdo explícito das fontes e dos elementos descritivos nelas presentes.
- b) Interpretação contextualizada – análise dos documentos e textos a partir de seu contexto de produção, considerando os aspectos políticos, institucionais e culturais.
- c) Construção de sentidos – articulação entre os significados extraídos das fontes e o referencial teórico, visando compreender de que maneira os discursos e práticas analisados contribuem para a interpretação do fenômeno estudado.

Assim, a combinação entre a pesquisa bibliográfica e documental com a análise hermenêutica permite não apenas recuperar informações, mas também compreender os sentidos e intencionalidades presentes nos discursos, contribuindo para uma reflexão crítica e interpretativa sobre o objeto em questão.

2 ENTRE O BRASIL, A PARAÍBA E A UFPB: FACES DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Esta seção busca compreender as múltiplas dimensões que o regime autoritário instaurado em 1964 assumiu em diferentes escalas. Do cenário nacional às repercuções locais, a ditadura se manifestou por meio de estratégias de repressão, censura e controle, afetando não apenas a vida política e social, mas também o cotidiano de instituições educacionais.

Na Paraíba, e em especial na Universidade Federal da Paraíba, a interferência civil-militar se fez presente, deixando marcas profundas na trajetória de docentes, estudantes e servidores. Ao articular essas três esferas, Brasil, Paraíba e UFPB, pretende-se revelar como as diretrizes do regime se desdobraram em práticas concretas de perseguição e silenciamento, evidenciando tanto as particularidades locais quanto sua inserção em um projeto autoritário de alcance nacional.

2.1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL

No contexto histórico da ditadura brasileira, Ansara⁸ (2005, p. 151-152) nos diz que o governo ditatorial emergiu diante de uma grande tensão política e social, ressaltando o crescimento de mobilizações populares organizadas em grande maioria por estudantes, sindicalistas e camponeses, que tinham como finalidade a mobilização para exigir as reformas de bases, cuja proposta era ofertada pelo governo de João Goulart (Jango).

No campo estudantil, Ansara (2005, p.151), afirma que:

⁸ Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), mestre em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Possui graduação em Filosofia - Faculdades Associadas Ipiranga (1993). Possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2009). Atualmente é professora Assistente I da Universidade Cruzeiro do Sul e do Programa de Mestrado e Doutorado em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP. Professora do Curso de Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de educação com ênfase na formação de professores, fundamentos da educação, prática de ensino e estágio supervisionado em psicologia da educação. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Política, atuando principalmente nos seguintes temas: memória política, memória coletiva, psicologia política, movimentos sociais, ditadura militar e repressão e participação política. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/1453881693931070>

[...] a UNE (União Nacional Estudantil) fundamentada pelo movimento estudantil, se fez presente como principal entidade representativa, tendo uma forte atuação, havendo assim uma polarização da sociedade dividida em dois eixos: de um lado a mobilização popular formada pelas classes estudantis, trabalhadora, nacionalistas e da esquerda que pediam pelas reformas de base, e do outro lado as elites direitistas econômicas conservadoras formada pelos empresários, pela classe média e por algumas porcentagem da classe denominada popular, que acreditavam que o Brasil precisaria ser salvo do consumismo, da subversão, da corrupção e do populismo crescente defendido pelo governo de João Goulart.

Segundo Ansara (2005, p. 152) a ditadura militar pode ser dividida em três fases: a primeira fase que se dá entre 1964 a 1968, abrangendo os governos de Castelo Branco e Costa e Silva; uma segunda fase, entre 1969 a 1974, que compreende o governo do general Emílio Garrastazu Médici, caracterizado por uma rigorosa repressão política e uma acelerada industrialização; e uma terceira fase, entre 1974 a 1985, só após esse período que passou a ter uma abertura política , que compreende os governos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo balizado pelo início da democratização do sistema político, com o fim de bipartidarismo, e pelo surgimento das atividades grevistas e dos movimentos sociais.

Com a eleição do General Castelo Branco pela cúpula militar⁹, instaurou-se um governo de caráter autoritário, que se apresentava sob a fachada de uma democracia. Esse período foi definido pela edição de Atos Institucionais, os quais legitimaram a dissolução de partidos políticos, a cassação de mandatos legislativos e a supressão de direitos civis. Como resultado desse processo, surgiu um sistema bipartidário controlado, composto pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação do regime, e pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), uma oposição tolerada pelo governo.

Figura 1 - Castello Branco tinha um vice civil, José Maria Alkmin (à direita)

⁹ O governador goiano Mauro Borges (PSD), com mais seis governadores, ajudou a escolher o general Castello Branco como primeiro militar presidente da República (eleito pelo Congresso), no ciclo militar, em 1964.



Fonte:<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/biografia-mostra-como-o-general-legalista-castello-branco-se-tornou-o-golpista-que-derrubou-jango-239399/>

Em 1967, uma nova Constituição foi conferida ao país, fornecendo o viés de legalidade à ditadura. A incapacidade de Castelo Branco articular um sucessor consolidou o espaço para uma linha mais dura dentro das Forças Armadas, que elevou ao poder o General Costa e Silva. Seu mandato foi marcado pelo crescimento de mobilizações populares, sindicais e estudantis, que contestavam o regime.

A repressão a um desses protestos, em 1968, resultou na morte do estudante Edson Luís¹⁰, assassinado pela polícia. O episódio catalisou a insatisfação popular e culminou na "Passeata dos Cem Mil", um marco de resistência organizado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que levou milhares às ruas em defesa da democracia. A resposta do governo foi intensificar a perseguição, criminalizando reuniões de movimentos estudantis e efetuando prisões em massa.

¹⁰ Um tenente da Polícia Militar mata com um tiro o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos. O crime foi cometido durante invasão policial ao restaurante estudantil Calabouço, no Rio, onde estudantes protestavam contra a má qualidade da comida. Outros seis jovens foram baleados. A violência policial desencadeou uma onda nacional de atos contra a ditadura, que contaram com forte apoio da classe média. O enterro de Edson Luís marcou o início da ascensão do movimento estudantil no país, que iria culminar na Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho.

Figura 2 - Assassinato de Edson Luís pela PM do Rio



Fonte: <https://memoraldademocracia.com.br/card/mataram-um-estudante-podia-ser-seu-filho>

A doutrina de Segurança Nacional, pregada pela Escola Superior de Guerra (ESG), servia como justificativa ideológica para a escalada autoritária. Mais do que uma suposta defesa contra a "ameaça comunista" externa, seu foco voltava-se para o combate ao "inimigo interno". Conforme aponta Ansara (2005, p. 153), essa lógica permitia que prisões, torturas, perseguições e assassinatos fossem realizados em nome da segurança do Estado.

O ápice da violência do regime ocorreu durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)¹¹, período que entrou para a história como os "Anos de Chumbo". Caracterizou-se por uma censura brutal à imprensa, pela proibição de livros e manifestações culturais, e pela perseguição sistemática a professores, artistas, intelectuais e qualquer voz de oposição. Nesse contexto, os órgãos de repressão, como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), multiplicaram-se pelo país, tornando-se símbolos de um aparato dedicado à tortura, ao desaparecimento forçado e ao extermínio daqueles que se opunham ao regime.

¹¹ O general Emílio Garrastazu Médici, comandante do 3º Exército (Região Sul), faz pronunciamento em rádio e TV na condição de futuro presidente do país. A indicação havia sido formalizada pelo Alto Comando das Forças Armadas, em reunião encerrada na madrugada daquele dia. Médici exigiu plenos poderes para assumir como sucessor do general presidente Costa e Silva – imobilizado desde agosto por um acidente vascular e substituído pela Junta Militar, que impedirá a posse do vice civil, Pedro Aleixo. Fonte: <https://memoraldademocracia.com.br/card/medici-exige-poder-total-no-governo>

A obra *Vigiar e Punir*¹², de Michel Foucault¹³ (1975), inicia-se com a descrição do suplício público do parricida chamado Damiens no século XVIII, um ritual de violência excessiva que visava despedaçar o corpo do condenado como demonstração de poder absoluto. Esse modelo de punição encontra reflexo nos métodos empregados pelo regime militar brasileiro (1964-1985), cujos atos inconstitucionais não apenas quebraram o estado democrático, mas também conferiram autonomia para a prática de violências que tinham o sofrimento físico e psicológico como instrumentos de dominação, punição e afirmação de autoridade.

Foucault (1975) estrutura sua análise sobre a evolução do direito punitivo e do sistema prisional em quatro partes: Suplício, Punição, Disciplina e Prisão. No primeiro capítulo, “Suplício”, ele mostra como o sistema penal antigo voltava-se diretamente contra o corpo, aplicando torturas em público e de forma degradante. Essas penas, porém, não se limitavam à dor física: pretendiam também moldar a alma, por meio da perda da liberdade e da exposição humilhante. Para o autor, tal prática não era mera consequência jurídica, mas um complexo exercício de poder.

O suplício, enquanto pena corporal dolorosa vigente na França até o século XVIII, é caracterizado por Foucault (1975) a partir de três princípios fundamentais. O primeiro é a quantificação do sofrimento, que deveria ser mensurável, comparável e hierarquizado, permitindo quantificar a dor infligida ao condenado. O segundo é a aplicação regulada da pena, que controlava cuidadosamente a intensidade e a duração do castigo, como o número de açoites ou o tempo na fogueira, até seu desfecho final. Por fim, o suplício constituía um ritual público, no qual o corpo marcado do condenado, seja física e simbolicamente, servindo para exibir e justificar o poder da justiça soberana. Quanto mais intenso o sofrimento, mais se reafirmava a autoridade da lei.

Nesse sentido, o suplício é compreendido como um gesto político por excelência, no qual o poder soberano se manifestava em resposta a qualquer

¹² *Vigiar e Punir*: o nascimento da prisão é um livro do filósofo Michel Foucault, publicado originalmente em 1975 na França pela editora Gallimard e, no Brasil, em 1987. Fonte: <https://colunastortas.com.br/vigar-e-punir-michel-foucault/>.

¹³ Michel Foucault foi filósofo, professor, psicólogo e escritor francês. Dono de um estilo literário único, Foucault revolucionou as estruturas filosóficas do século XX ao analisá-las por meio de uma nova ótica. Profundamente influenciado por Nietzsche, Marx e Freud, o filósofo contemporâneo também recebeu influências do filósofo e amigo Gilles Deleuze, da medicina e da psiquiatria. Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/michel-foucault.htm>.

ofensa, por menor que fosse. Qualquer violação da lei era interpretada como uma afronta direta ao soberano, legitimando uma intervenção violenta como forma de vingança e reafirmação de seu domínio (Foucault, 1975).

Em paralelo a essa análise, observa-se que as práticas de tortura sistemática adotadas pelos órgãos de repressão do regime militar brasileiro materializam a lógica do suplício descrita por Foucault. A violência física e psicológica era empregada não apenas para extrair informações, mas como um mecanismo de marcação, controle e destruição da vida.

O objetivo era eliminar qualquer forma de pensamento ou ação de quem questionava a autoridade dos algozes, reafirmando, assim, as relações de poder por meio do sofrimento infligido aos chamados "inimigos internos", assim como eliminar qualquer potencial regicida descrito por Foucault.

Foucault (1975, p. 36) analisa que:

[...] Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação — que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício — até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em "mil mortes" e obtendo, antes de cessar a existência.

A violência excessiva aplicada aos presos políticos, como choques, afogamentos, pau-de-arara, com base na análise de Foucault, serviam como demonstração da força e do poder que o governo militar tinha e do pensamento de domínio não só da vida, mas da morte, transformando o indivíduo em seu objeto de posse da forma mais cruel, aplicando atos extremos de violência para justificar as atrocidades inexplicáveis que foram executadas dentro dos muros dos DOI-CODI por todo o país, inclusive em João Pessoa na Paraíba.

Nunes (2018, p. 34) explica que:

O SNI atuava em todo território nacional, e no caso do estado Paraíba, através da Agência Pernambuco. Como vimos, na UFPB, o Serviço desenvolveu a vigilância, em parceria com a ASI, sobre toda comunidade acadêmica, até mesmo e sobre os dirigentes universitários, colocando todos sob suspeita [...]. Isto demonstra como

esse órgão adquiriu uma autonomia muito grande, permitindo que seus agentes colcassem sob suspeição até mesmo aliados do regime.

Diferente da atuação do DOI-CODI, o SNI (Serviço Nacional de Informação) era utilizado como órgão de vigilância, participando nas operações de segurança para analisar ligações, recortes de jornais, vigiar atuações de políticos, sindicatos, professores e estudantes, com sua atuação estendida a Paraíba e dentro dos campus da UFPB.

Perseguindo e propagando uma onda de medo, o SNI recrutava até mesmos civis para incorporar os trabalhos de vigilância, cujo pensamento era alinhado com as ideias propagadas pelo governo, visando a delação de professores e discentes que se mantinham opostos aos ideais conservadores e extremistas por parte do regime.

Algumas das denúncias prestadas ao SNI, vinham de pessoas da própria comunidade acadêmica, pessoas essas que compactuavam até mesmo com as expulsões advindas das acusações realizadas pelos agentes repressores.

Segundo Mansan (2014, p. 220):

A partir da inclinação conservadora presente entre alguns dos integrantes das universidades brasileiras, se comprehende o entusiasmo e o apoio prestado ao golpe. O temor que as esquerdas ganhassem mais espaço contribuiu para que professores e demais intelectuais apoiassem a deposição de João Goulart, bem como os expurgos havidos no meio acadêmico.

É de conhecimento de todos que, as elites brasileiras compostas por latifundiários, militares e políticos, sempre enxergaram as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart como meios de igualar as diferenças de classes, que perduram até os dias de hoje, como ameaça. Zenaide e Bezerra (2020) reforçam essa premissa quando falam que:

O golpe de estado viria a interromper o processo histórico de expansão das contradições sociais existentes no Brasil, um país subdesenvolvido, com heranças escravistas e oligárquicas, com atraso econômico e social, além de uma hegemonia de relações de opressões marcadas pelo machismo, o racismo e a exclusão social [...] (Zenaide e Bezerra, 2020, p.2).

É de conhecimento geral que os trabalhadores, professores e estudantes ainda enfrentam grandes desafios em suas lutas por melhores condições e pela

conquista de direitos em diferentes áreas sociais. Enquanto isso, uma parcela que sempre esteve ligada ao poder segue tentando sabotar qualquer avanço, procurando enfraquecer conquistas obtidas ao longo de anos de embates e resistência.

Nas pesquisas feitas para compor o trabalho, fiquei estarrecida com tamanha crueldade da repressão sofrida pelos grupos que até hoje são historicamente marginalizados, Zenaide e Bezerra (2020, p.3) também reforça o fato de que “o campo da educação, que quando libertadora, pode agir na direção da transformação e emancipação social”, foi uma das áreas de interesse dos militares que por sua vez tentaram extinguir como forma de manter o controle social.

2.2 DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA

Compreender os acontecimentos que culminaram na ditadura civil-militar em nível nacional nos ajuda a assimilar melhor os fatos ocorridos em João Pessoa, permitindo uma visão mais ampla dos contextos locais e de sua relação com os eventos que se desenrolaram em todo o Brasil.

Sendo assim, nesta sessão iniciamos com os dados colhidos por meio do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), presidida pelo professor Drº Paulo Giovani Antonino Nunes¹⁴, onde podemos ver a composição por meio de relatos, documentos e depoimentos de sobreviventes do regime, como também foi colhido informações do Relatório Municipal da Verdade, constatando que o município de João Pessoa e a Universidade Federal da Paraíba foram palcos de vários embates

¹⁴ Atualmente é professor Associado do Programa de Pós-Graduação em História bem como da Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, atuando principalmente nos seguintes temas: História Política, Culturas Políticas, Sociedade civil, Estado. Coordena a pesquisa PIBIC intitulada "A sociedade civil sob vigilância: a atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)". É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20), na linha de pesquisa Estruturas Econômicas e Culturas Políticas no Século XX; do Grupo de Pesquisa História Política - Culturas políticas na História e do Grupo de Trabalho Nacional em História Política da Anpuh (GTNHP). Fonte: <https://sigaa.ufpb.br>

de movimentos estudantis e da comunidade docente contra o regime ditatorial que vinha se instaurando no município.

No Relatório Municipal da Verdade de João Pessoa, passamos a ter conhecimento dos fatos ocorridos um pouco antes do fatídico ano de 1965, onde, estava previsto para ocorrer uma visita do então pré-candidato a presidência da república Carlos Lacerda que aconteceria em 1964. Lacerda é descrito como um político conservado, principal concorrente e opositor do governo de João Goulart e de suas chamadas “reformas de base”¹⁵, sabia transitar por todas as classes, fosse da elite ou militar, também desfrutava dos privilégios de ser bem quisto pela classe média urbana da época.

Lacerda não realizou a visita prevista, pois, já estava totalmente alinhado com as tramas golpistas contra Jango. Alguns estudantes sabendo da sua vinda, se mobilizaram para protestar contra a presença dele, conforme citado pelo relatório:

Um grupo de estudantes secundaristas de esquerda, alunos do Liceu Paraibano, em protesto à presença de personalidade tão conservadora na cidade, resolveu ocupar a Faculdade de Direito da então Universidade da Paraíba (atual UFPB), escolhida pela sua localização estratégica, vizinha ao Palácio da Redenção. A iniciativa da ocupação da Faculdade de Direito partiu dos grupos da esquerda mais radical - que apenas começavam a aparecer no movimento estudantil naquele período anterior ao golpe de 1964[...] (Almeida et al, 2020, p.23).

Houve adesão ao protesto por alguns estudantes filiados ao PCB da Paraíba (Partido Comunista Brasileiro), dando volume e encorpando a causa, mas, foi durante a manifestação que até então ocorria de forma pacífica, que deu-se uma repressão violenta, onde um grupo de pessoas adentrou o prédio da Faculdade de Direito e tentou expulsar à força os estudantes que participavam do protesto.

O relatório diz que:

¹⁵ A expressão “reformas de base” foi empregada formalmente pela primeira vez em março de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou um documento que discutia as reformas — incluindo a agrária, a urbana e a constitucional — e destacava também a disciplina do capital estrangeiro no país, o que implicava uma nova Lei de Remessa de Lucros. O documento, que viria a constituir o programa do partido, serviu de base à pregação de João Goulart, vice-presidente da República e presidente nacional do PTB, em sua campanha para a reeleição à vice-presidência em 1960. Fonte: <https://atlas.fgv.br/verbete/6355>

À frente deste grupo estavam justamente alguns dos líderes do comitê da campanha de Lacerda em João Pessoa, como o deputado Joacil de Brito Pereira e o então acadêmico de Direito e ex-prefeito de Juarez Távora, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Mais do que políticos da UDN, ambos já então estavam envolvidos na preparação do Golpe de Estado na Paraíba, servindo de contato entre oficiais do Exército, policiais civis e militares e os latifundiários [...]” (Almeida et al., 2020, p.24).

O mais contraditório do relato diante desse acontecimento foi que:

Após consultar os membros do Conselho Universitário, o reitor Mário Moacir Porto decidiu que o julgamento da representação estudantil deveria ser adiado para após a conclusão do inquérito instaurado pela Faculdade de Direito sobre o episódio. Entretanto, no mês seguinte, o próprio reitor foi afastado do cargo por ordem dos militares que assumiram o poder, e a maioria dos estudantes envolvidos no episódio foi punida pelos atos ditatoriais. Ao contrário de Joacil de Brito Pereira, que continuou a exercer tranquilamente o seu posto como professor e seguiu na vida política (Almeida et al., 2020, p.26).

Destacando outro acontecimento, Almeida et al (2020, p.27-28) menciona o suplício enfrentado pelo estudante Boanerges Timóteo, que além de bancário era militante do PCB, onde ele foi responsável por organizar um comício no bairro de Cruz das Armas, com a finalidade de “[...] levantar forças a fim de se prepararem para enfrentar o que estava por vir[...]]”, no caso, o Golpe militar.

Mas o que se sucedeu foi totalmente impensado pelo idealizador do comício, que ao chamar as pessoas para participarem do encontro, caiu em um cerco montado pelos militares, que o prenderam e o torturaram brutalmente, sendo exposto ao pau-de arara e a palmatória, que acabaram o invalidando pelo resto da vida, pois, depois de passar por tamanha violência, ele desenvolveu transtornos psiquiátricos, não recuperando-se de sua capacidade cognitiva e psicológica.

Como consequência das torturas às quais foi submetido, Boanerges Timóteo passou a sofrer de graves transtornos psiquiátricos. Recuperado, voltou a militar no PCB, sendo novamente preso pela ditadura militar em 1971, na cidade de Campina Grande, ocasião em que respondeu a um processo na Justiça Militar. Após esse episódio, Boanerges Timóteo tornou a desenvolver transtornos psiquiátricos, dos quais não se curou até o fim dos seus dias (Almeida et al., 2020, p.28).

Diante dos fatos apresentados no Relatório Municipal da Verdade, que encontra-se disponível para leitura, ainda encontramos um trecho da entrevista

fornecida pelo então deputado Joacil de Brito cedida ao jornal ‘O Momento’, cuja publicação ocorreu em 1979, onde ele diz que “não teve conhecimento de nenhum preso que tenha apanhado ou sofrido constrangimento na Paraíba,”, ignorando todos os fatos ocorridos nesses dois relatos, sendo um deles vivenciado e provocado pelo mesmo (Almeida *et al.*, 2020, p.28).

Percebe-se que a postura de Joacil de Brito Pereira, assim como a de muitos outros, guarda semelhança com atitudes ainda presentes em 2025, quando alguns insistem em negar, minimizar ou até exaltar os horrores da ditadura. Essa tentativa de suavizar os acontecimentos também se manifestou em 2016, durante o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, quando Jair Bolsonaro, posteriormente eleito presidente em 2018, homenageou o coronel Ustra, conhecido torturador do regime militar.

2.3 DITADURA MILITAR NA UFPB

Na Universidade da Paraíba (atual UFPB), conforme mencionado na sessão anterior, tivemos o então reitor Mário Moacyr Porto destituído do cargo que ocupava em 4 de abril de 1964, sendo substituído pelo interventor o capitão Gillardo Martins Alves.

Zenaide e Bezerra (2020, p.5) nos diz que os jovens universitários eram engajados politicamente, tanto em idas a passeatas quanto em manifestações de protestos, eventos culturais e atividades promovidas por sindicatos, ressaltando que as universidades sempre foram um campo aberto para formação de pensamento crítico e desenvolvimento intelectual.

Porém, nota-se no decorrer da literatura a preocupação dos estudantes e professores com a crescente repressão por parte dos militares, como relatado na sessão anterior, o caso do jovem Boanerges Timóteo, conforme Almeida *et al* (2020, p. 27-28). Mas, a perseguição também ocorreria vindo daqueles que dividiram a mesma comunidade acadêmica, visto que, muitas denúncias ocorriam de membros da própria instituição, conforme mencionado por Zenaide e Bezerra:

Além da perseguição constante, docentes e estudantes ainda sofriam com denúncias de colegas que agiam como informantes, em face da sua posição política antidemocrática. Não era raro ver denúncias que desdobravam em expurgos por parte de membros da mesma universidade tendo como alvo os cargos e oportunidades de trabalho (Zenaide; Bezerra, 2020, p. 6).

As autoras constatam que, os setores democráticos e de esquerda, idealizavam instituições de educação acessíveis para todos e com ensino de qualidade, tornando a universidade um ambiente que garantisse aos filhos de trabalhadores a chance de crescer socialmente por meio dos estudos (Zenaide e Bezerra, 2020, p.7).

Gillardo Martins, o interventor, foi escolhido a dedo pela junta militar para destituir Moacyr Porto do cargo de reitor. Gillardo era médico capitão do exército, fundador da Faculdade de Medicina e Enfermagem UFPB, tinha a ideação de erradicar os espaços democráticos existentes na UFPB, muitos deles conquistados mediante o reitorado de Moacyr Porto, que por sua vez tinha patrocinado, conforme Gomes (2003, p.43), foi justamente com a implementação do AI-5 que a UNE¹⁶ passou a ser vista como clandestina, tendo o diretório acadêmico recebido a intervenção mediante o ato institucional.

Na figura 3 abaixo apresentada por Zenaide e Bezerra (2020, p. 9), observam-se algumas das violações de direitos humanos na UFPB durante a ditadura:

Figura 3 - Retrato de algumas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar na UFPB (1964 – 1979)

¹⁶ A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. Fonte: <https://www.une.org.br/a-une/sobre/>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	TIPOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS
Direito à Vida Artigo III Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> • Constrangimento mediante violência ou grave ameaça, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico.
Direito de Liberdade Artigo XIII 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. Artigo XVIII Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular Artigo XIX. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaça. • Exílio. • Patrulhamento ideológico. • Perseguições por motivações ideológicas. • Relatórios Secretos. • Criação de professores delatores. • Censura das atividades culturais. • Censura de livros e abordagens teóricas. • Controle dos meios de comunicação. • Violação de correspondência. • Desvio, sonegação, subtração ou supressão de correspondência. • Subtração da possibilidade de resistência.

Fonte: Zenaide; Bezerra (2020, p. 9)

Gomes (2003, p.43) ressalta que, na época da ditadura, a juventude universitária era preocupada com as questões sociais, onde trocavam o medo pela coragem, e que por anos os estudantes foram uma frente fortificada contra a Ditadura, tendo o apoio da sociedade paraibana que aplaudia a luta estudantil, mas que não tinha coragem de ir a luta com eles contra o regime.

Com as pesquisas feitas, nota-se que com a radicalização imposta pelo interventor, as salas de aulas passaram a ser ambientes hostis, onde defendia-se abertamente as medidas tomadas pelo governo ditatorial por transformá-las em algo positivo, os ditadores de plantão receberam premiações e como forma de controle acabaram sendo paraninfos de turmas que vinham a ser concluintes, como reforça Gomes (2003, p.44)“[...] diante disso, não é difícil perceber que a reforma universitária, patrocinada pelo regime militar, torna a instituição rígida, monolítica, homogeneizada, afastando a intelectualidade progressiva e o alunado politizado”.

Durante o regime militar, a educação foi alvo de forte intervenção, expressa na repressão aos movimentos e entidades estudantis, na seleção e exclusão de livros considerados inconvenientes¹⁷, na retirada de reitores e autoridades do ensino, além do assédio e perseguição a docentes e discentes.

Figura 4 - Livros sob censura



Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>

Em seu trabalho, Gomes menciona a escassez de materiais que contenham informações sobre o CONSUNI ter se oposto aos casos de abusos, desligamentos, e perseguições com professores e alunos, onde só ressalta a complacência por parte de setores universitários ao regime ditatorial que se instalou no meio acadêmico na UFPB (Gomes, 2003, p.44).

Os relatos encontrados ao decorrer das pesquisas, só corroboram a falta de informações no que se diz respeito às formas de repressão e censura que a comunidade bibliotecária sofreu no regime ditatorial. Essa escassez também foi

¹⁷ Soldados e agentes do regime militar apreendem livros na biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) durante a invasão do campus em abril de 1964. O expurgo de obras de autores considerados "subversivos" foi uma das primeiras e mais simbólicas ações da ditadura contra a liberdade intelectual. Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>

evidenciada por Igreja (2018, p. 2), quando ela diz que a censura é um tema pouco abordado no campo da Biblioteconomia, tendo uma certa carência em fontes que discutam o assunto no que se diz respeito até mesmo as formas de resistências adotadas e quais os efeitos causados pela opressão do regime.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada, com o intuito de compreender como a Ditadura Civil-Militar brasileira afetou a atuação das bibliotecárias na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) entre 1964 e 1985.

A pesquisa revelou que o Serviço Nacional de Informação (SNI) atuou de forma sistemática na UFPB, em parceria com a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), monitorando a comunidade acadêmica, incluindo bibliotecárias. Conforme apontado por Nunes (2018, p. 34), “o SNI desenvolveu a vigilância sobre toda a comunidade acadêmica, até mesmo sobre os dirigentes universitários, colocando todos sob suspeita”. Esse ambiente de vigilância constante criou um clima de medo e desconfiança, no qual qualquer posicionamento político ou intelectual poderia ser interpretado como subversão.

A inserção da pessoa bibliotecária no contexto da Ditadura Civil-Militar vai além da mera identificação de eventuais perseguições, prisões ou destituições de cargos. Como demonstra Vergueiro (1987), a repressão à categoria profissional se deu de forma mais sutil e disseminada, através de um mecanismo por vezes invisível, porém devastador: a autocensura. Partindo dessa premissa, devemos considerar que a supressão de sua atuação não se limitou a ações explícitas do aparato repressivo, mas se infiltrou na própria prática, corrompendo a essência de sua função e de seu ser.

Neste cenário, a figura do bibliotecário foi colocada em uma posição absurda. Por um lado, sua formação, ainda que deficiente como aponta Vergueiro, idealizava um profissional defensor do acesso livre à informação. Por outro, ele era um servidor submetido à rígida vigilância de órgãos como o SNI e a ASI dentro da universidade. Esse conflito foi, na maioria das vezes, resolvido não com um ato de resistência, mas com a aceitação de uma postura de "silêncio ensurdecedor", expressão tanto apontada por Bilhar *et al.* (2021, p. 273) quanto na constatação de Vergueiro de que reações contrárias à censura, por parte de associações de bibliotecários, não existiram.

Vergueiro (1987, p.22) questiona de forma retórica: "Tomaram conhecimento dos mesmos? Se souberam, por que calaram? Por medo? Por omissão? Por concordância?", tornando, assim, a estrutura fundamental para investigar a experiência das bibliotecárias da UFPB. O "medo" é a variável mais plausível, diante dos relatos de expurgos, demissões e da vigilância presente em todos os lugares. A "omissão" pode ser entendida como fruto do "despreparo" apontado no título de seu artigo, uma vez que a formação profissional da época não as armou com ferramentas teóricas ou éticas para confrontar a censura. A "concordância", ainda que possível em casos individuais, parece menos determinante do que a intimidação do ambiente.

Se torna importante aplicar o questionamento de Vergueiro (1987) a este trabalho pois, com ele, busco evidenciar o vazio documental sobre a temática, o silêncio dos congressos da área que não abordam esse tópico tão necessário e importante para a nossa história, e em como nossos acervos são pobres do assunto que aqui se faz presente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se investigar a perseguição sofrida por bibliotecárias na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985), analisando os impactos da repressão sobre suas trajetórias profissionais e a atuação da Biblioteconomia em um contexto de exceção. A pesquisa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, permitiu confirmar que a comunidade acadêmica da UFPB, foi alvo de vigilância sistemática por parte de órgãos como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que atuaram para coibir qualquer forma de pensamento crítico ou oposição ao regime.

Na UFPB, esse cenário resultou em uma atuação profissional limitada e oprimida, onde a ausência de registros documentais específicos sobre a perseguição a pessoa bibliotecária no período investigado, lacuna que este trabalho buscou suprir, é, por si só, é um indicativo do apagamento histórico e do controle sobre a memória institucional.

Além disso, a pesquisa revela que a Ditadura Civil-Militar não foi um evento isolado no tempo, mas um projeto político que encontrou apoio em setores civis e acadêmicos, inclusive dentro da universidade. A nomeação de intersetores alinhados ao regime, como o reitor Giliardo Martins Alves, e a criação de mecanismos de vigilância interna contribuíram para a manutenção de um ambiente hostil à liberdade intelectual e à diversidade de pensamento.

Este trabalho, portanto, além de recuperar uma memória silenciada, reforça a urgência de refletir sobre o papel social e político da pessoa bibliotecária. Em tempos de ameaças à democracia e de tentativas de revisionismo histórico, é fundamental que a Biblioteconomia se afirme como campo de resistência e defesa da memória, da verdade, do direito à informação e da justiça social.

REFERÊNCIAS

Ademodi, Olugbenga I. A censura na Biblioteconomia: análise e caminhos a serem seguidos. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 5, n. 2, p. 22-32, jul./dez. 2011. Disponível em: febab.org.br. Acesso em: 24 set. 2025.

Almeida, Marlene Costa de; Zenaide, Maria Nazaré Tavares; Cittadino, Monique; Silva, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Relatório Municipal da Verdade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2020. 340 p.

Ansara, Soraia. **Memórias da repressão no Brasil**: resistência e subjetividade. 2005. 282 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Bilhar, Ana Carla; Oliveira, Ana Claudia Perpétuo de; Di Pietro, Laila Figueiredo. **Uma “roupa que não nos serve mais”**: bibliotecas públicas e ditadura militar brasileira. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2021, Vitória.

Brasil. **Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Atos Institucionais. Portal da Legislação. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 11 out. 2025.

Brasil. Arquivo Nacional. Jornal Correio da Manhã – Acervo de imagens e documentos do período de 1964-1985. Memórias Reveladas, gov.br, 16 mai. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/imagens-correio-da-mania>. Acesso em: 24 set. 2025.

Brasil. Atos Institucionais. Portal da Legislação Histórica. Presidência da República. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 9 ago. 2025.

Brasil. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

Brasil. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18

nov. 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

Castrillón, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

Castrillón, Silvia. **V Fórum das Bibliotecas Escolares**. CBBB-2024. Disponível em: <https://cbbd2024.febab.org/author/secretariafebabgmail-com/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Chirio, Maud. **A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70**. Militares e Política, n. 6, p. 34-49, jun. 2011.

Cunha, Luiz Antônio; Góes, Moacyr de. **O Golpe na educação: Brasil — os anos de autoritarismo: análise, balanço, perspectivas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

Dias, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964–1985)**. 2021. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2021.

Elis Regina. **Letra de “Como nossos pais”**. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elis-regina/45670/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Estudar Fora. **Sorbonne**: a mais tradicional universidade francesa. Redação do Estudar Fora. 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/sorbonne/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FGV. **Reformas de base (verbete 6355)**. Atlas Histórico do Brasil, FGV/CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6355>. Acesso em: 11 out. 2025.

Foucault, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013.

Gadamer, H. G. **Verdade e Método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gomes, Maria José T. Lopes. **Ditadura na Universidade Federal da Paraíba: memória de professores (1964-1971)**. João Pessoa: CEFET, 2003.

Igreja, Paula Ribeiro da. **A censura nas bibliotecas durante o regime militar**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA,

DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – ENEBD, 41., 2018, Rio de Janeiro.

Jeronimo, Vivian Maria Mota. **A censura a bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura militar (1964-1985): uma revisão bibliográfica**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/b116f94a-1f13-48ff-98f8-65f1cfab4c0c/tc5298-Vivian-Jeronimo-Censura.PDF>. Acesso em: 02 out. 2025.

JORNAL OPÇÃO. **Biografia mostra como o general legalista Castello Branco se tornou o golpista que derrubou Jango**. [S. I.], 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/biografia-mostra-como-o-general-legalista-castello-branco-se-tornou-o-golpista-que-derrubou-jango-239399/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Karnal, Leandro. **Quando alguém defende a ditadura militar**. Revista Pazes, 17 dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistapazes.com/quando-alguem-defende-a-ditadura-militar-leandro-karnal/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Mansan, Jaime Valim. **Subversivos**: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964–1988). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2014.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Livros sob censura. Realização Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>. Acesso em: 11 out. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Médici exige poder total no governo. Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br>. Acesso em: 11 out. 2025.

Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH). **Compartilhando memórias**. João Pessoa: UFPB, [s.d.]. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page_id=2306. Acesso em: 30 set. 2025.

Nunes, Paulo Giovani Antonino. **A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**: a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). *Sæculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 39, p. 239-256, jul./dez. 2018.

Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final / Paraíba – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Paulo Giovani Antonino Nunes; Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; Iranice Gonçalves Muniz; Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira; Fábio Fernando Barboza de Freitas; Herbert Andrade Oliveira; Waldir Porfírio da Silva. João Pessoa: A União, 2017.

Piana, Maria Cristina. **A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do Serviço Social no campo educacional**. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**.

São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 121-166.
Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 11. Out. 2025.

Porfírio, Francisco. **Michel Foucault**: biografia, obras, ideias, influências. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/michel-foucault.htm>. Acesso em: 11 out. 2025.

PUCRS Online. **Quem é Leandro Karnal**. Blog PUCRS, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/public/quem-e-leandro-karnal>. Acesso em: 25 set. 2025.

PUCRS. **Marketing**. Disponível em: <https://mkt.pucrs.br>. Acesso em: 11 out. 2025.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFPB. Página inicial. Universidade Federal da Paraíba, [s.d.]. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR. Acesso em: 11 out. 2025.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFSC. Página inicial. Universidade Federal de Santa Catarina, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Ricoeur, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

Rocha, Rodrigo Vieira. **A Paraíba nos laços da ditadura militar**: história e historiografia contemporânea. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS – SIGAA. Página inicial. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br>. Acesso em: 11 out. 2025.

Silva, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado**: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969). 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Vergueiro, Waldomiro de Castro Santos. **Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros**. Ciência da Informação, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987.

UNE (União Nacional dos Estudantes). Sobre a UNE. Disponível em: <https://www.une.org.br/a-une/sobre/>. Acesso em: 11 out. 2025.

Zenaide, Maria de Nazaré Tavares; Bezerra, Julyanna de Oliveira. **A produção acadêmica em memória, verdade e justiça na UFPB (2007-2020)**: o que revelam as pesquisas científicas. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-31, out./dez. 2020.

ANEXOS

Anexo A - Costa e Silva e Castello Branco: eram generais, mas pertenciam a grupos diferentes



Fonte: www.jornalopcao.com.br

Anexo B - Memorial da Democracia - Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura



Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>

Anexo C - Manifestantes na Passeata dos Cem Mil



Fonte: <https://memoraldademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>

Anexo D - Memorial da Democracia - Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura



. Fonte: <https://memoraldademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>

Anexo E- Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura



Fonte: <https://memoraldademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>

Anexo F- Médici exige poder total no governo



Fonte: <https://memoraldademocracia.com.br/card/medici-exige-poder-total-no-governo>

Anexo G - Parecer do Livro "Feliz Ano Novo"

PARECER Nº	<u>594 / 76</u>
TÍTULO:	<u>"FELIZ ANO NOVO"</u>
CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA:	<u>NÃO LIBERAÇÃO</u>
Obra literária	
<p>O presente livro de Rubem Fonseca, publicado pela Editora Artenova S.A., estabelecida à Rua Prefeito Olímpio de Melo, número 1774, São Cristovão - RJ., reunindo vários contos autônomos do referido autor, retrata, em quase sua totalidade, personagens portadores de complexos, vícios e taras, com o objetivo de enfocar a face obscura da sociedade na prática da delinquência, suborno, latrocínio e homicídio, sem qualquer referência a sanções.</p> <p>O autor utilizou-se de uma linguagem bastante popular onde a pornografia foi largamente empregada, como pode ser constatado nas 35 páginas assinaladas.</p>	

Fonte : Jeronimo (2024, p.11)